

Saúde brasileira, negritude e equidades

» JORGE SENNA

Gestor hospitalar, militante do movimento social negro e integrante da Escola de Promotores Populares em Saúde

Pensar e avaliar os acontecimentos dos últimos seis anos abrange saber que fomos devastados e golpeados juntamente com outros setores da população brasileira, cientes de que muitas atitudes e maneiras de discriminar foram institucionalizadas. Práticas de racismo, machismo e homofobia se fortaleceram nesse período, que pareceu curto, mas se perpetua na cabeça de parte da população não negra que se julga superior — mentalidade que persiste desde a colonização com forte cunho ideológico e religioso e, hoje, podemos relacioná-la ao fascismo.

Temos também que lembrar que estamos em pleno encerramento da Década Internacional de Afrodescendentes, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para o período entre 2015 e 2024, e, mesmo assim, os afrodescendentes brasileiros foram novamente espoliados nesse período. Foram seis anos de recuos e desmonte de políticas públicas para o povo negro em praticamente todos os setores da gestão federal. As atrocidades promovidas com dinheiro público para estruturar o racismo, assim como a expressão mais bárbara do fascismo, foram iniciadas manchando e destruindo símbolos importantes, considerados nossas primeiras vitórias institucionais.

Uma delas, criada a partir de demandas do movimento social negro, é a Fundação Palmares, que teve uma gestão polêmica. Também passou pelo desmonte a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Na mesma triste toada, desconsiderou-se políticas de equidade na saúde, menosprezando e não investindo em ações

que valorizavam a população indígena e negra, e houve aumento de violência e violação de direitos de uma juventude majoritariamente negra.

Necessitamos recolocar esses temas, anteriormente em pauta, para refletirmos sobre o papel de gestores negros, cumprindo até mesmo o deles em equipes de governos como consultores e assessores técnicos, para desconstruir a determinação social. Precisamos construir melhores resultados na qualidade de vida dos sujeitos sociais, a partir das mudanças na situação dos determinantes sociais, combatendo as iniquidades na saúde, em outros setores e nas estruturas formuladoras de políticas públicas.

Sabemos que as políticas públicas têm que considerar o recorte étnico em todas as proposições de governo, levando em conta a participação social e as políticas específicas dos mais vulneráveis — destacando: a população negra; no contexto das populações do campo, da floresta e das águas; a população em situação de rua; os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; a população residente em áreas de comunidades e favela; a população LGBTQIAPN+; povos e comunidades tradicionais; migrantes, refugiados e apátridas; e pessoas privadas de liberdade; além de ações relacionadas ao enfrentamento do tráfico de pessoas.

Assim, pensar na retomada é pensar em uma nova primavera, em que identificamos dois Brasis que, com todas as dificuldades, superam um período de descaso e desmonte de políticas do Estado em um momento pandêmico, de afloração do fascismo, racismo, homofobia, xenofobia, intolerância

religiosa e de reafirmação de posições machistas. Algumas dessas linhas de pensamento e ação, inclusive, estavam reforçadas por discursos de representações institucionais, governamentais, e encontrando eco em setores de parte da população que reproduzia atitudes desumanas.

Logo, trazendo para o campo da saúde mental, qual a situação e como se encontram esses sujeitos sociais que sofreram esses descasos? Quem eram os que, nos períodos mais nefastos, foram escolhidos para executar o trabalho escravo, assim como foram mais desassistidos no período pandêmico?

Pensar o Brasil — e, dessa forma, contribuir para esse novo momento — é uma das ações mais ressignificantes: trabalharmos e somarmos na reconstrução das políticas públicas que realmente resultem na união de nossos povos, de negros, indígenas, LGBTQIAP+, latino-americanos, migrantes e refugiados. Esse esforço de união e respeito é construir um Brasil de todas, todos e todes, onde possamos nos dar as mãos sob uma nova visão de como se levar a vida, considerando o bem viver, respeitando o meio ambiente, o direito à vida dos povos originários e o desenvolvimento sustentável. Um país com mais médicos, qualidade de vida e saúde, em que possamos nos amar com nossas diferenças.

Nossas vidas serão salvas por nós mesmos, falamos, junto com o rapper Emicida, que é “nada sobre nós, sem nós”. Assim, que a realidade de cada sujeito, individual ou coletiva, se dê na participação social, protagonizando coletivamente este momento de reconstruir e unir o Brasil.



Paz em Gaza e nas favelas do Brasil

» WASHINGTON QUAQUÁ

Deputado federal (PT-RJ) presidente da Frente Parlamentar das Favelas

A receita de tiro e bomba contra a violência e o crime organizado no Brasil tem surtido efeitos fortes há quatro décadas. Todos negativos ou, no mínimo, estéreis. Doses cavalares de espetáculo bélico transformaram a doença da violência em metástase no Rio de Janeiro, em São Paulo e em vários outros estados. É impressionante como a moléstia e o mesmo remédio errado seguem se auto-alimentando Brasil a fora. Sucessivos governos dobraram a aposta no ilusionismo de fazer barulho para não sair do lugar. A política de tiro e bomba sobre os territórios de favelas e periferias só produz, além de popularidade efêmera, mortes de mais e mais inocentes, muitos deles crianças. E também de muitos policiais.

Nesse balcão que vende ilusões, policiais viram peças de reposição de artilharia. Pobres e negros em sua maioria, eles matam e morrem no cenário onde vivem seus parentes e iguais na origem social. Fechamos os olhos nessa trincheira de carnificinas, incapazes de dar passos óbvios para reduzir o fluxo de armas contrabandeadas ou desviadas das forças de segurança para as mãos de bandidos que matam agentes de segurança e da Justiça no Brasil.

Cada espasmo de ousadia do crime crudescer a bravata estéril da violência contra a violência, e segue o baile sangrento. No Rio de Janeiro, regiões populosas são rebatizadas como “faixas de Gaza”, com direito a exhibições frequentes do Exército ou da Força Nacional. É inacreditável não notarmos que este remédio amargo nunca vai curar uma

doença que só cresce, ameaça a economia e elimina a esperança de um futuro bom.

Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Favelas e Respeito à Cidadania de seus Moradores, conheci em Medellín, na Colômbia, o êxito do combate ao crime no território, com paz em vez de bombas. Viajei a convite da Cufa (Central Única das Favelas), com a qual temos parceria para viabilizar projetos de cidadania e empreendedorismo. Com política social, cultura, organização popular, fortalecimento de laços comunitários e corporativos entre as pessoas, investimento na força econômica e viva da favela. A Comuna 13, uma das maiores do continente, hoje é um shopping a céu aberto de cultura, moda, gastronomia, diversão e turismo.

A transformação de Medellín foi resultado de um projeto que uniu governo nacional e comunidade local na implementação de uma série de iniciativas para melhorar a segurança e elevar a qualidade de vida. Isso incluiu a construção de escolas, bibliotecas e espaços públicos em áreas dominadas pelo crime. Programas sociais e econômicos deram alternativa às pessoas envolvidas no tráfico.

Os esforços, que incluíram investimentos em câmeras de vigilância e em polícia nas ruas, resultaram em redução dramática da criminalidade. Medellín tornou-se mais segura e habitável e um símbolo do acerto da cultura da paz. Entre 1991 e 2020, os homicídios caíram de 381 para 19 casos por 100 mil habitantes. Roubos e sequestros

também despencaram.

A proposta que o Brasil precisa é a mesma que os colombianos abraçaram: um pacto pela paz, não pela guerra, pois a política de “Faixa de Gaza” nunca nos levou a qualquer lugar. Não se trata de descartar o uso da força, mas o enfrentamento ao narcotráfico e às milícias deve ser feito de forma nova, estrangulando braços econômicos, fechando portas de logística das armas e das drogas. A atuação das Forças Armadas faz sentido no combate a crimes transnacionais em aeroportos, nas estradas, em nossas fronteiras terrestres e em litorais das metrópoles.

O Brasil precisa também abrir um debate mais inteligente de combate às drogas. Portugal, como outras nações desenvolvidas, nos mostra como separar joio e trigo com a experiência bem sucedida de tratar o viciado como dependente. É preciso ser duro com bandidos, mas tratar com psicologia e saúde a doença do vício.

Quando sentimos os efeitos negativos da ampliação do acesso às armas, quando o Brasil mais precisa mobilizar a sociedade em favor da paz, diversos níveis de governo reapresentam soluções obsoletas que não deram em nada ao longo dos anos. O caminho correto leva a outra direção, ao chamado das lideranças de favelas para construir um futuro promissor no lugar da terra arrasada pela violência. A Frente Parlamentar das Favelas está disposta a colaborar na abertura de caminhos luminosos para soluções comunitárias, participativas e democráticas, mas não a da guerra.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O caminho individual das drogas

Dois problemas, causados em sua origem, têm colocado mais entraves à séria discussão sobre o consumo ou a liberação das drogas em nosso país. O primeiro deles reside no fato de que o Supremo Tribunal Federal (STF), avançando o sinal, achou por bem liberalizar o consumo dessas substâncias, atropelando decisões que, por seu amparo constitucional, manda ser feito no âmbito do Poder Legislativo, onde estão os representantes da população.

É nesse foro que essa importante decisão deveria ser levada adiante. O segundo problema é que, por falta de estudos mais aprofundados e mesmo de um debate amplo e aberto em âmbito nacional, essa discussão tem muito ainda que caminhar. Colocar o carro na frente dos bois, como ensinavam os antigos, é um contrassenso. Deixar que esse assunto seja, de forma definitiva, decidido por pessoas, que por sua vivência profissional, revelam total desconhecimento da questão é tão perigoso quanto a tentativa de impor ordenamentos que vão contra o consenso geral, costumes e tradições de nossa sociedade. O mais sensato nessa discussão toda, feita por doutos juristas, seria começar a construção desse projeto de liberalização pelo alicerce, e não pelo telhado.

Uma das milhares de medidas legais que poderiam ser adotadas, antes do regramento de liberalidades, seria obrigar as escolas e os meios de comunicação a promoverem campanhas sistemáticas e contínuas alertando para os perigos físicos e psicológicos do consumo dessas substâncias, com anúncios em milhões de pontos espalhados pelo país. Ou seja, primeiro educar.

Um outro ponto racional seria a adoção de medidas legais para cercar o problema, impedindo que ele entrasse nas instituições públicas. Para isso, bastaria a exigência de exames para detectar o consumo dessas substâncias em todo o funcionalismo público, incluindo alunos e professores das escolas públicas, médicos, policiais, militares, políticos e toda uma infinidade de profissões pagas pelo contribuinte.

Com essa obrigação, os profissionais que gozam de estabilidade funcional e de prerrogativa e que precisam desses empregos e funções pensariam duas vezes, para não serem exonerados a bem do serviço público. Não faz sentido o pagador de impostos financiar os vícios e os maus costumes de uma parcela do funcionalismo. Essa simples medida impediria ainda muitos acidentes e outros contratempos. Não é de hoje que se sabe que o consumo de substâncias proibidas por parte do funcionalismo é alta e acarreta grandes prejuízos aos cidadãos.

A liberalização de substâncias psicotrópicas que, seguramente, afeta a produção cognitiva dos indivíduos, por seus males, deveria, em contrapartida, deixar claro para aqueles que fazem uso desses produtos que, por lei, ele passa a ser visto pelo Estado e, por tabela, pela sociedade, como um indivíduo incapaz de prestar quaisquer serviços públicos para a população. Não se enganem: em qualquer situação em que um dependente químico atue, haverá sempre uma possibilidade de risco à segurança da sociedade.

Como a dificuldade em combater a disseminação das drogas reside, basicamente, em posturas individuais e subjetivas, fazendo de cada cidadão um juiz de si próprio, é preciso começar as ações de restrição ao consumo pelo próprio indivíduo, limitando seus passos e impedindo que ela aja como agente propagador desse mal do século. Não é estabelecendo quantidades de drogas que cada um pode portar que se adotam medidas efetivamente eficazes, mas fazendo com que cada um, individualmente, tenha a possibilidade de livre escolha do caminho que quer seguir.

A frase que foi pronunciada

“As pessoas usam drogas, legais e ilegais, porque as suas vidas são, intoleravelmente, dolorosas ou monótonas. Eles odeiam o trabalho, e não encontram descanso no lazer. Eles estão afastados de suas famílias e de seus vizinhos. Deveria dizer-nos algo que nas sociedades saudáveis o uso de drogas é comemorativo, alegre e ocasional, enquanto entre nós é solitário, vergonhoso e viciante. Precisamos de drogas, aparentemente, porque nos perdemos.”

Wendell Berry, *A Arte do Lugar Comum: Os ensaios agrários*

Amadores

» Sistemas administrativos não se cruzam e causam enorme prejuízo aos contribuintes. É inimaginável que as polícias deste país com dimensões continentais não tenham um banco de dados em comum. Nem tribunais conjugam informações com a Secretaria da Fazenda local ou federal.

Sem pudor

» Para quem critica os cartórios, fica a fala de um funcionário que sabe o que diz: “Não fossem os cartórios em Brasília, os grileiros estariam vendendo frações da calçada da Praça dos Três Poderes”.

Só no Brasil

» Uma senhora, aparentemente querida de todos os funcionários do Detran, atendia ao público descascando uma manga suculenta.

História de Brasília

A razão para o que ocorre, é que o deputado, sendo cearense, trouxe, de sua terra, uma cozinheira que prepara excelentes tapiquinhas de côco, e a afluência de amigos não é devido a outra coisa, senão a uma demonstração pantagruélica, com variações para a mandioca. (Publicada em 27/3/1962)